Desigualdades, justiça e Educação Profissional e Técnica

Por Guilherme Lichand e Gustavo Moraes

Valor, 14/08/2025

Antes da reforma, os egressos da EPT tinham melhor desempenho no ENEM e ingressavam na universidade a taxas maiores que os demais

No livro recém-lançado por Michael França e Fillipi Nascimento, “A Loteria do Nascimento”, os autores discutem a relação entre justiça e desigualdades econômicas, com ênfase naquelas derivadas da educação (como diz o subtítulo do livro: “filha do porteiro termina universidade, mas não alcança o filho do rico”).

Segundo o argumento principal do livro, se duas pessoas com as mesmas oportunidades iniciais alcançaram resultados diferentes por fazerem escolhas diferentes, essas desigualdades seriam justas. Para seus filhos, contudo, as oportunidades iniciais - fruto das escolhas de seus pais - passam a ser desiguais, dando origem a desigualdades injustas.

O argumento remonta ao filósofo John Rawls, que formulou uma metáfora útil para pensar de forma estruturada sobre essa relação complexa. Imagine que, antes de nascer, nos confrontássemos com nossos futuros possíveis, antes de saber ao certo o resultado dessa ‘loteria do nascimento’ (por detrás do ‘véu da ignorância’, nas palavras dele). Antes de nascer, qualquer um daqueles pontos de partida poderia ser o nosso; depois de nascer, só um é. Uma sociedade em que esses pontos de partida diferentes necessariamente levam a futuros muito diferentes é uma sociedade injusta.

A perspectiva Rawlsiana de justiça é tão intuitiva quanto empática. De fato, poderia ser eu a nascer num país em conflito, numa família sujeita a vulnerabilidade ou num corpo sujeito a limitações físicas ou intelectuais. Em qualquer desses casos, o acesso a oportunidades de seguir a trajetória profissional que segui seriam provavelmente muito mais difíceis.

Quão mais difíceis, contudo, depende das escolhas da sociedade. Sociedades mais justas redistribuem recursos para apoiar quem começou sem as mesmas condições que os demais. As menos justas segmentam futuros possíveis a partir de condições iniciais. Algumas dessas escolhas do ‘contrato social’ estão codificadas em leis - impostos, programas assistenciais, serviços públicos de qualidade -; outros, são normas sociais, parte de resultados históricos complexos.

Na Suíça, por exemplo, metade dos jovens cursa Educação Profissional e Técnica (EPT) articulada com o Ensino Médio, não mirando na universidade, mas sim, em experiências de aprendizagem qualificadas com um caminho mais curto e direto para inserção profissional. Em visita recente às escolas técnicas suíças, escutamos com preocupação as ambições daqueles jovens interessados em se educar para serem mecânicos de bicicleta ou floristas. Quando perguntamos a uma das mães se não se chateava que o filho não sonhasse em ser

médico ou advogado, ela respondeu que não - naquele país, universidade não é o único caminho para ser bem-sucedido.

O mecânico de bicicleta na Suíça pode ganhar, em média, tão bem quanto o ganho médio de um advogado no país. “É uma profissão como qualquer outra”, ela disse. Em parte, porque o mecânico suíço segue se qualificando ao longo de sua carreira, numa relação simbiótica com as universidades técnicas - um caminho que ainda precisamos construir no Brasil.

Mas, para além disso, porque não existe, no imaginário dos jovens, a divisão rígida entre profissões de ‘rico’ e de ‘pobre’ - marcas do contrato social brasileiro, muito mais injusto, moldado por desigualdades históricas, das capitania hereditárias ao regime de escravidão.

A EPT tem uma história curiosa no Brasil, rodeada de mitos e mal-entendida por quase todos. Se Nilo Peçanha via na educação profissional um caminho para que o filho do pobre tivesse acesso à escola, a verdade é que, antes da recente reforma curricular do Ensino Médio, a EPT integrada, que respondia por pouco mais de 10% dos alunos da rede pública, atendia majoritariamente aos alunos com melhores condições dessa rede - porque exigia permanecer na escola em tempo integral, e muitas vezes mediante aprovação em processos seletivos rigorosos.

Com a reforma do Ensino Médio, a EPT articulada está se expandindo rapidamente. Deve logo chegar a 30% das matrículas da etapa e, quem sabe, alcançar os 40-50% observado nos países da OCDE.

São raras as reformas educacionais capazes de reduzir as desigualdades injustas. Como lembra “A Loteria do Nascimento”, o pobre ganha sistematicamente menos do que o rico mesmo em posse do mesmo diploma. Em estudo com Maria Eduarda Perpétuo e Priscila Soares, quantificamos essa diferença: entre aqueles que concluem a universidade, os 90% mais pobres ganham apenas metade do que ganham os 10% mais ricos.

A expansão da EPT, se bem executada, é umas dessas reformas capazes de alterar nosso contrato social. É uma agenda longa, para mais de década, que exige que empresários se mobilizem para formar com qualidade os jovens contratados logo após concluir o Ensino Médio (em vez de tratá-los como mão-de-obra barata) e que as Secretarias de Educação modifiquem seus currículos e corpo docente para preparar esses jovens para profissões com demanda local (e não necessariamente para o vestibular).

O imaginário popular, contudo, será mais difícil de mudar. E enquanto a universidade continuar sendo entendida como o único caminho para mudar trajetórias futuras, a sociedade não vai cobrar que a EPT de nível médio tenha qualidade compatível com empregabilidade e renda, que as universidades técnicas se fortaleçam e tenham uma relação simbiótica intensa com as empresas como na Suíça - onde, aliás, boa parte das patentes tem origem nessas universidades, detidas por professores que estão tanto na sala de aula quanto no chão das fábricas e nas corporações -, e que os egressos da EPT sigam se qualificando ao longo de toda sua vida profissional (alguns dos quais, inclusive, ingressando no ensino universitário!).

Tudo isso, contudo, começa pela oferta da EPT de qualidade já no Ensino Médio. Antes da reforma, as excelentes condições de oferta dessa rede, da

infraestrutura de qualidade de suas escolas à formação mais contextualizada e aplicada, produziam excelentes resultados - os egressos da EPT tinham melhor desempenho no ENEM e, inclusive, ingressavam na universidade a taxas maiores que os demais.

Como garantir a expansão com qualidade?

Guilherme Lichand é Professor de Educação na Universidade de Stanford. Possui PhD em Economia Política e Governo pela Universidade de Harvard.

Gustavo Moraes é Pesquisador do INEP, com Pós-Doutorado em Educação pela Universidade de Stanford.